



Educação para trabalho: Análise do Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará.

Antonia Laysla Lima do Nascimento (1); Joice Mara Cesar Bizerro (2).

Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de Educação Ciências e Letras de Iguatu – lays-lima@hotmail.com (1)

Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de Educação Ciências e Letras de Iguatu – joiccemara@yahoo.com.br (2)

Resumo: Na sociedade capitalista existe uma relação entre trabalho e educação. Nessa sociedade a escola passa a ter uma nova função, que é ligar os indivíduos ao modo de produção. A escola profissional na sociedade capitalista passa a assumir essa função de ligação com os modos de produção. O objetivo deste artigo é entender e analisar a proposta pedagógica das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará a partir da discussão de categorias existentes no modelo de gestão que essas utilizam. A metodologia utilizada foi a análise documental da TESE, modelo gerencial que rege as EEEP's. Conclui-se com base no modelo pedagógico inserido nas EEEP's, que a educação profissional é entendida como uma solução para o desenvolvimento do país e para a reestruturação do capital em crise.

Palavras-Chave: Educação Profissional; TESE; Capital.

INTRODUÇÃO

Em 2008, no Estado do Ceará, foi implementado as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP's) pelo Governo Estadual. O objetivo era ofertar um ensino médio integrado, ou seja, a junção do ensino médio regular com a Educação Profissional.

As EEEP's contam com um modelo de gestão diferenciado das demais escolas regulares de ensino médio. Esse modelo de gestão tem uma visão extremamente mercadológica denominada de Tecnologia Empresarial Sócioeducacional (TESE). O mesmo é fundamentado no modelo de gestão Tecnologia empresarial Odebrecht (TEO).

O objetivo deste artigo é entender e analisar a proposta pedagógica das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará a partir da discussão de categorias existentes no modelo de gestão que essas utilizam. No presente trabalho, foi feita uma análise documental da TESE, modelo gerencial desenvolvido pelo Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação.



O artigo está dividido em cinco tópicos: o primeiro é uma discussão da relação entre capital, trabalho e educação desde as primícias; o segundo trata-se sobre a Educação profissional no Brasil e sua dualidade histórica, pois o sistema educacional brasileiro passou a dirigir dois tipos de escolas, uma voltada para a formação intelectual e a outra para o profissional, que foi caracterizada pela divisão de classes; o terceiro é um breve discurso histórico sobre o surgimento da Educação Profissional no Estado do Ceará; posteriormente uma apresentação da Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), quais seus princípios e sua metodologia, e por último, a conclusão entre a relação entre Tese, Capital, Trabalho e Educação que nos deixa explícito a estratégia política de unir educação e mercado como solução de reestruturação do capital em crise.

A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Na sociedade capitalista existe uma relação entre trabalho e educação. Nessa sociedade a escola passa a ter uma nova função, que é ligar os indivíduos ao modo de produção. Digo Nova, pois nem sempre foi assim.

Nas comunidades primitivas os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-las, o processo de transformação da natureza operado pelo homem é chamado de trabalho e só se aprendia a trabalhar trabalhando. Os mesmos apropriavam-se dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam novas gerações. A educação é exatamente esse ato de transmitir aquilo que se sabe para as gerações futuras. Nessas condições, o ser humano só se torna humano e se diferencia dos outros animais devido o trabalho, pois o resultado desse processo é o próprio ser dos homens e para transformar a natureza ele planeja suas ações.

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (Marx & Engels, 2006, p.154)

Com o desenvolvimento da produção houve uma divisão do trabalho onde apropriação privada da terra gerou a divisão dos homens em classes. Na antiguidade, tanto na Grécia como Romana, o trabalho é realizado pelos escravos e esses têm a obrigação de com o seu trabalho manterem-se a si mesmos e aos donos de terras. Assim, a classe detentora apenas de sua força de trabalho necessitava garantir sua subsistência e, para isso, passou a trabalhar para classe possuidora



de terras garantindo não apenas a produção de sua vida material, mas também, a daquela classe. Desse modo, a classe proprietária passou a ter mais tempo e não tinha a necessidade de se ocupar com atividades de subsistência.

Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a (SAVIANI, 1999, p. 2).

Contudo, essa divisão de homens de classes também provocará uma divisão na educação. Não sendo mais apenas um repasse manual, a educação agora passa a ser um conhecimento mais intelectual, e é daí que se dá origem a escola como lugar do ócio, que era frequentada apenas pelas classes dominantes, como ressaltou Saviani, essa educação era destinada a elite, pois os escravos faziam parte apenas do trabalho manual. Diante disso, conclui-se que o desenvolvimento da sociedade de classes nas suas formas escravistas e feudal, efetivou a separação entre trabalho e educação.

A escola, desde sus origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções de guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. (Saviani, 2006, p.157).

Ao constituir economia de mercado, ou seja, a produção de troca, se inverteu os termos e a relação trabalho-educação sofreu uma nova determinação. Na medida em que a produção excedesse as necessidades de consumo, podia ocorrer algum tipo de troca dando origem à sociedade capitalista. Esse processo deslocando do campo para a cidade e da agricultura para a indústria fez com que se convertesse o saber de potência intelectual em potência material. Com isso, houve a necessidade de uma cultura intelectual onde tinha como componente elementar, a alfabetização. A escola, como melhor acesso a este tipo de cultura, é construída na forma dominante e generalizada da educação.

A introdução de maquinaria na sociedade moderna eliminou a exigência de uma qualificação específica, mas impôs um mínimo de qualificação geral. Além de trabalhar com as máquinas, os trabalhadores teriam que fazer reajustes, manutenção e adaptação as novas circunstâncias. Isso



exigia um trabalho intelectual específico. Eis que esse espaço foi ocupado pelos cursos profissionais tendo como referência o padrão escolar, mas com interesses pelas necessidades do processo produtivo.

Constatamos, portanto, a contradição do trabalho na atualidade “por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, fetichizado (ANTUNES, 2004, p. 8). Em resumo o trabalho assalariado, alienado é fruto de uma relação social fundamentada na propriedade privada, com interesses no capital.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E SUA DUALIDADE HISTÓRICA.

Em suas primícias a educação profissional (trabalho manual) sempre esteve voltada para a formação de mão de obra, pois era destinada apenas as classes populares. Inicialmente, a formação de ensino no Brasil não era um rigor sistemático e a educação exordial era voltada para elites e sua formação como dirigentes. Como um ponto de vista econômico, a colônia catequizava os indígenas, pois os mesmos tornavam-se dóceis e seria mais fácil servir como mão de obra. Essas reflexões no revelam as origens do dualismo educacional.

A história da educação Profissional no Brasil tem vários episódios durante o ano de 1800, como: a chegada da Família Real (1808), a criação do Colégio de Fabricas (1809), pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público com o objetivo de ensinar ofícios, posteriormente as primeiras letras e depois, o primário completo aos artistas e aprendizes vindo de Portugal. Outros eventos marcaram o século XIX, entre eles, a abolição legal do trabalho escravo e a Proclamação da República.

Em escala mundial a Primeira Revolução Industrial provoca uma grande mudança na economia e tecnologia onde várias invenções foram criadas, como: telefone, a lâmpada, o automóvel, a locomotiva, entre outras. Diante de um cenário brasileiro marcado pela chegada do capitalismo nacional e a industrialização se fez necessário a exigência de um trabalhador mais qualificado e com um maior nível de educação, desta forma o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906 criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa. O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil e teve como uma das ações a



declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em discurso de posse “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. (BRASIL,2009,P.2)

E julho de 1909, com o falecimento de Afonso Pena, Nilo Peçanha assume a presidência do Brasil e em 23 de setembro de 1909 assina o decreto nº 7.566 criando, inicialmente 19 escolas de aprendizes artífices com o intuito de formar profissionais provenientes das camadas pobres da população.

Já no século XX, além do destaque de inúmeros avanços tecnológicos, foi marcado também por grandes guerras mundiais. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917) no cenário internacional. As implicações da primeira guerra mundial e a crise do capitalismo mundial, fez com que surgisse uma ideologia política, a “nacional desenvolvimentista” com o objetivo da implantação do capitalismo nacional com base na industrialização.

No contexto Nacional, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova provocou mudanças no setor educacional. Os educadores propunham um programa de política educacional amplo e integrador. “O texto do manifesto dizia que “se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país”. (MENEZES, 2001, P.1). O documento tornou-se o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. O mesmo constava a desorganização do aparelho escolar e tinha a proposta de um Estado que planejasse ações duráveis para o desenvolvimento natural do ser humano fazendo com que ele tivesse uma maior “concepção de mundo” defendendo a bandeira de uma escola única, pública, obrigatória e gratuita.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, criou uma base para o surgimento do Ministério da Educação e Saúde, bem como da reforma Francisco Campos, nome da primeira reforma educacional de caráter nacional sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Dentre algumas medidas da reforma estava a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial, destinado à formação do homem para os maiores setores de atividade nacional e tratando mais do ensino comercial, secundário e superior.



Segundo BARROS (2013, p.29) “No que se refere ao ensino profissionalizante, não se constam modificações significativas nesse período, já que apenas se reformou o ensino comercial, que passou a ter acesso vinculado a cursos superiores afins”.

A segunda guerra mundial provocou uma crise econômica que atingiu todo o Brasil, assim o país precisou reformular e fortalecer as importações internas, pois precisava atender as demandas internas do país de bens de consumo. Assim, criou-se um parque industrial onde o mesmo precisa de mão de obra qualificada e o Brasil não tinha. A escassez de mão de obra qualificada fez com que o país aumentasse o número de instituições de ensino Profissional e tomou como medida a transformação das antigas escolas de aprendizes e artífices em escolas técnicas federais que tinha como objetivo formar técnicos para suprir a carência do país.

Nesta conjuntura, Getúlio Vargas, no Estado Novo, promulgou a constituição de 1937, onde trataria especificamente do ensino profissional pela primeira vez.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937, p. 26 e 27).

Com essa constituição, a educação profissional passa a qualificar tecnicamente de acordo com os princípios com os princípios Taylorista-fordista que se baseava na racionalidade técnico científico. Esse cenário contribuiu para os fundamentos da reforma Capanema¹. Esta reforma tornou o ensino profissional uma modalidade de nível médio com o objetivo de formar bons trabalhadores para o processo de industrialização que o país precisava.

O modelo Taylorista-fordista adotado no Brasil no ensino profissional contribuiu historicamente para uma dualidade estrutural na formação da força de trabalho, pois o sistema educacional brasileiro passou a dirigir dois tipos de escolas, uma voltada para a formação intelectual e a outra para o profissional, que foi caracterizada pela divisão de classes.

¹ Nome Reforma em homenagem ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Assim, a história da educação profissional no Brasil é caracterizada, e não poderia ser diferente, pela divisão de classes. Uma sociedade dividida em classes antagônicas, decisivamente, também é marcada pelo dualismo educacional, que desde sua origem institucional, tornou-se um distintivo que demarca o distanciamento entre duas classes sociais essencialmente contrárias. (Barros, 2013, p.31)

Com as transformações mundiais e o surgimento do estado Neoliberal a educação também se transforma e passa a ser um produto mercadológico.

A educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho. (GENTILI, 1998, p. 104).

Isso nos mostra que atualmente o sistema educacional brasileiro tem uma visão nitidamente mercadológica onde o que interessa é a capacidade de dar conta das tarefas a qual é submetida, em detrimento de uma habilidade racional. Nas palavras de Gramsci, o indivíduo ausente de capacidade crítica é o “gorila adestrado”. Essa lógica neoliberal faz uso da educação para atender os interesses mercantilistas através das políticas educacionais.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ.

Historicamente a Educação Profissional no Estado do Ceará deu-se início no século XIX, aproximadamente em 1943 devido uma demanda nacional por mão de obra qualificada que também existia no Ceará. Algumas instituições cumpriram o papel da educação Profissional no estado, tais como: Liceu; Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE)/Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE)/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Ceará (SENAI).

Entretanto o ensino profissional do estado do Ceará ganha destaque nacional com a implementação das E.E.E.P's que ocorreu no governo de Cid Ferreira Gomes no ano de 2008 através da Lei Estadual nº 14.273, de 19/12/2008. Esta criação está alinhada à política do governo federal de articulação do ensino médio com a educação profissional através do Programa Brasil profissionalizado.

No ano de 2008 o programa foi iniciado com a implementação de 25 escolas em 20 municípios com 4 cursos profissionais de nível técnico: Informática, Enfermagem, Guia turístico e



segurança do trabalho. Dados da Secretaria da Educação do Ceará/ Coordenadoria de Educação Profissional/ Sistema de Gestão Escolar- Data-base Censo Escolar de 2014, mostram um aumento no número de escolas no estado do Ceará. Neste ano no estado contava com 111 escolas estaduais de Educação Profissional em 82 municípios, ofertando 53 cursos de nível técnico. As escolas profissionalizantes apresentam atualmente 12% de alunos matriculados no ensino médio, o que representa um total de 40.979 alunos conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 01 – Quantitativo dos alunos matriculados nas EEEP's do Ceará

Alunos matriculados, por série e ano, nas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, no período de 2008 até 2014.

Série / Ano	2008	2009	2010	<u>2011</u>	2012	2013	2014
1º ano	4.181	7.625	7.259	10.804	13.766	14.142	16.247*
2º ano		3.654	6.753	6.653	9.983	12.195	13.108
3º ano			3.330	6.296	6.209	9.185	11.624
TOTAL	4.181	11.279	17.342	23.753	29.958	35.522	40.979

*Das 16.247 matrículas da 1ª série, 316 foram capturadas no SIGE em novembro de 2014, considerando que duas escolas regulares de 2014 foram efetivadas como Profissionais após o Censo Escolar. Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional/Sistema de Gestão Escolar – Data-base Censo Escolar.

Fonte: Site da Seduc-CE

O modelo de gestão que as escolas profissionais do Estado do Ceará adotaram, tem como referência o documento Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), modelo que foi empregado nas escolas profissionais de nível técnico no estado de Pernambuco que serviu de base para Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE). A mesma será analisada no próximo capítulo.



TECNOLOGIA EMPRESARIAL SOCIOEDUCACIONAL (TESE)

O modelo de gestão Tecnologia Empresarial socioeducacional (TESE) fundamenta-se no documento Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), modelo que foi empregado nas escolas profissionais de nível técnico no estado de Pernambuco. A tese foi desenhada para que houvesse um planejamento para gerenciar o ambiente e permitir ao gestor o atingimento dos seus objetivos de maneira estruturada e previsível.

A tese tem como princípio de aprendizagem, os quatro pilares contidos no relatório de Jacques Delors: (1) Aprender a conhecer (Adquirir os instrumentos da compreensão); (2) aprender a fazer (pode agir sobre o meio envolvente); (3) aprender a conviver (participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas) e (4) aprender a ser (realizar-se como pessoa em sua plenitude). Essa metodologia considera a comunidade como cliente, onde o fornecedor é o governo do estado. Desta forma, a escola é pensada como uma empresa. A eficiência da TESE/TEO é mostrada de acordo com os resultados satisfatórios e os índices de aprovação nas avaliações externas. À medida que vão se elevando, a “escola empresa” “pode conquistar sua clientela, que em síntese seria a comunidade; conquistar o apoio financeiro dos parceiros empresariais, digo, dos investidores sociais”. (BARROS, 2013,p.48).

O documento TESE evoca sua consonância com aquele relatório, já que enfatiza os quatro pilares da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser. Porém o que o documento não revela é sua íntima ligação com o quinto pilar instituído pelos sábios Ministros de educação da América Latina: aprender a empreender, este sim, apesar de não referenciado diretamente, é percebido sem maiores esforços, já que o empreendedorismo é uma grande expertise para seus defensores e por isso, não precisa ser escondido, ao contrário, fazem questão de mostrá-la como uma espécie de *know-how* pessoal. Portanto, a ligação do projeto de integração escolar do Ceará ao espírito empreendedor do estudante das escolas profissionais, é flagrante (BARROS, 2013, P.47).

Segundo a Tese a educação de qualidade deve ser o negócio da escola, esse princípio deve fazer parte do pensamento de todos os integrantes da escola. Assim, o desempenho da comunidade escolar deve ser o resultado. Para esse resultado é necessário como em todo negócio, a comunicação. Nesse sentido a tese parte de dois princípios fundamentais: (1) quanto às pessoas - ciclo virtuoso; (2) quanto aos negócios - comunicação, parceria e confiança.



O ciclo virtuoso inicia-se a partir da comunidade - cliente, posteriormente os líderes e liderados que estabelecem uma parceria - parceiros internos e o líder para a motivação do investidor social que aplica o capital. Quando os líderes e liderados transformam o investimento em serviço de qualidade, os resultados da equipe satisfazem a comunidade que retribui com a parceria e a confiança - parceiros externos. Assim, o investidor satisfeito com os resultados reinveste.

A Tese considera o aluno como um cliente que necessita de serviços, ou seja, as escolas, mas para ter esse serviço é preciso investimento, entretanto se não houver os dois não se pode ter uma escola - empresa. Isso nos mostra que o objetivo do gestor e da equipe é unir as riquezas morais com a riquezas materiais. Desta forma tanto a comunidade quanto o investidor social ficarão satisfeitos.

CONCLUSÃO: TESE, CAPITAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Através da tese, é evidente a relação existente entre capital, trabalho e educação. Podemos perceber isso quando a tese nos afirma: “a gestão de uma escola em pouco difere da gestão de uma empresa” (ICE, 2001, p.3). Entendendo que os ideólogos da educação empresarial formam um gestor escolar como formam um empresário, devido a adoção de princípios empresariais na gestão de uma instituição escolar.

A tese tem uma estratégia política de aliar educação e mercado, o que deixa explícito que a escola é tratada com uma empresa, e esta, como toda empresa precisa-se obter lucros. Na escola profissional esse lucro são os resultados de uma educação de qualidade (alunos inseridos no mercado de trabalho). Através da construção de uma boa imagem, ou seja, “à medida que os estudantes vão apresentando bons resultados em seu aprendizado e os índices de aprovação nas avaliações externas vão se elevando, os educadores, cada vez mais, senti-ão-se estimulados a ir em busca de seu auto aperfeiçoamento”. (ICE,2011, p13).

Por meio desta dinâmica a escola conquista sua clientela, ou seja, comunidade, passa a ter mais apoio financeiro dos investidores empresariais, digo, investidores sociais que satisfeitos com os resultados reinvestem, e ainda conseguem capacitação dos empresários, ou melhor, dos gestores.

Com base no modelo pedagógico inserido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, podemos perceber que a educação profissional é entendida como uma solução para o desenvolvimento do país e para a reestruturação do capital em crise. Porém essa solução ao mesmo tempo que qualifica minimamente o trabalhador ela torna o mesmo incapaz de compreender sua



posição de explorado. Merece destaque o enfoque de que esses trabalhadores aceitam essa metodologia não por ser a formação que merecem, mas, pelo fato que eles precisam aceitar o mínimo para sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARROS, Roseane Bento; **O ensino médio Profissionalizante no Estado do Ceará: a empregabilidade vencendo a formação integral**; Universidade Estadual do Ceará; 2013; 68 p.

BRASIL. MEC. SEMTEC. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2004.

CEARÁ; SEDUC. Educação Profissional. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/governodo-ceara/projetos-estruturantes/ensino-mediointegrado>. 2014 Acesso em: 07/08/2016.

GENTILI, A.A.P.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE): uma nova escola para a Juventude Brasileira** (escolas de ensino médio em tempo integral). Disponível em: http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_ModeloGestao. 2011.

Acesso em: 20/07/2016.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. ENGELS, Friedrich. La ideologia alemana. Montevideo: Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como o princípio educativo frente às novas tecnologias**. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.